

Brasília, 25 de novembro de 2022

Excelentíssimos Senhores

Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente eleito

Geraldo Alckmin, Vice-Presidente eleito e Coordenador do Gabinete de Transição de Governo

É com renovada esperança e alegria que registramos nossos parabéns pela vitória histórica nas eleições presidenciais, em que os senhores estiveram à frente de um amplo esforço de diversos setores da sociedade brasileira em defesa da democracia.

Em seu primeiro discurso após o anúncio da vitória pelo TSE, na noite de 30 de outubro, o presidente eleito Lula trouxe expectativas animadoras em relação a temas socioambientais e seu tratamento de forma transversal nas políticas do novo governo. Ressaltou, entre outras ações urgentes, o resgate da participação da sociedade na construção e implementação das políticas públicas, esforços redobrados no enfrentamento da crise das mudanças climáticas, com ênfase especial para alcançar o desmatamento zero na Amazônia, a desintração de garimpos ilegais em terras indígenas, o combate ao crime organizado e a construção de uma economia verde com inclusão social na região.

Sabemos dos enormes desafios para a reestruturação do aparato estatal, a fim de restabelecer e fortalecer a governança socioambiental. Decretos infralegais, alterações em leis e enfraquecimento dos órgãos de fiscalização – todos voltados para estimular o uso imediatista e predatório dos recursos naturais em benefício de uma minoria - são entraves a serem vencidos, ainda num contexto de escassez de recursos orçamentários.

O **Grupo de Trabalho sobre Infraestrutura e Justiça Socioambiental (GT Infra)** tem atuado desde 2012 como rede de entidades da sociedade civil brasileira, voltada para a incorporação da sustentabilidade e da justiça socioambiental em políticas, programas e projetos de infraestrutura, especialmente nos setores de transporte e energia, com destaque para a região amazônica.

Num recente encontro do GT Infra, realizado em Alter do Chão (PA), organizações comunitárias, movimentos sociais, entidades socioambientais e representantes da academia (universidades públicas e privadas da região) reuniram-se para debater sobre o tema **“A infraestrutura que queremos” na visão das populações locais**. Há décadas, a Amazônia tem sido o objeto de um olhar externo que dita regras e que determina as obras a serem executadas, sem olhar para os reais interesses das populações locais e sem incluí-las na tomada de decisão sobre a realização ou não

dessas obras. Hoje, é fundamental reverter essa lógica e adotar uma nova perspectiva, baseada nas aspirações e na criatividade das comunidades locais. O lema “**Infraestrutura PARA a Amazônia**” (ao invés de simplesmente ‘infraestrutura **NA** Amazônia’) expressa o necessário protagonismo das comunidades locais na definição dos rumos do desenvolvimento sustentável na região.

No encontro realizado em Alter de Chão, lançamos um estudo liderado pelo Prof. Ricardo Abramovay (USP), com base em ampla consulta e diálogo com segmentos de populações locais, que propõe quatro dimensões necessárias para repensar a “[Infraestrutura para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia](#)”:

- **Infraestrutura da Natureza** – é preciso buscar soluções baseadas na convivência com os ecossistemas e biomas, lembrando das palavras de Maura Arapiun, secretária do Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns: “A principal infraestrutura da Amazônia é a floresta em pé”.
- **A infraestrutura do cuidado**, dando atenção especial para as crianças, serviços e organização coletiva, onde as pessoas e suas comunidades atuam como protagonistas centrais do desenvolvimento sustentável.
- **Material e energética**: a oferta de bens e serviços que permitam melhorar a saúde, a educação, a mobilidade, a conectividade, o conforto térmico e a habitação; em suma, as condições materiais da vida e das atividades econômicas dos indivíduos, das famílias e das comunidades.
- **Marcas de qualidade**: a valorização da sociobiodiversidade como caminho para diversificar a oferta de alimentos, fibras e materiais, fortalecendo a segurança e soberania alimentar e gerando emprego e renda. Selos de qualidade exprimem acordos que permitem aprofundar e dar transparência à relação entre produtores, intermediários e consumidores.

Com base no trabalho do Prof. Abramovay e na [carta final do encontro de Alter do Chão](#), elaborada no evento, os movimentos sociais e outras organizações aliadas da sociedade civil, reunidos no GT Infraestrutura e Justiça Socioambiental, apresentam as seguintes propostas de ação estratégica para o novo governo:

1. Planejamento estratégico: Que o planejamento de políticas, programas e projetos de infraestrutura para a Amazônia e outros biomas sejam construídos de forma transparente e consistente, utilizando-se de instrumentos de apoio à tomada de decisão como a *análise multicriterial* e a *Avaliação Ambiental Estratégica*, possibilitando a identificação de alternativas que permitem melhores escolhas em termos econômicos, sociais e ambientais, atendendo ao interesse público - inclusive das comunidades locais - com ampla participação da sociedade civil em todas as etapas. Nesse sentido, iniciativas como o Plano Nacional de Logística (PNL), o Plano Nacional de Energia (PNE) e os programas “Luz para Todos” e “Mais Luz para a Amazônia”, entre outros, precisam ser revistas e aprimoradas. Existe a necessidade de revisão de planos para infraestrutura no âmbito de iniciativas regionais como a COSIPLAN (ex-IIRSA) e o Pacto de Leticia pela Amazônia, e de investimentos de organizações multilaterais como o BID. Sob a ótica da infraestrutura do cuidado,

merece atenção especial o atendimento a demandas urgentes nas áreas de educação, saúde e saneamento.

2. Espaços de participação: Que seja ampliada e fortalecida a participação cidadã de organizações da sociedade civil em instâncias de decisão sobre políticas, programas e projetos de infraestrutura, como o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, o Conselho Nacional da Amazônia Legal e outros;

3. Direito a Consulta Prévia: Que a tomada de decisões sobre políticas, programas e projetos de infraestrutura respeite o direito à consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outras populações tradicionais, respeitando seus protocolos de consulta, sempre que houver, conforme a Convenção 169 da OIT e outra legislação vigente.

4. Antecipação de análise socioambiental e licenciamento ambiental: Que o novo governo atue no sentido de fortalecer os instrumentos de avaliação de impacto e licenciamento ambiental de obras de infraestrutura - com a *antecipação da análise socioambiental* desde o planejamento estratégico de investimentos em infraestrutura (vide item 1), passando pelos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA e em seguida aprofundando a análise nos Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) e demais instrumentos de licenciamento ambiental¹ - evitando retrocessos na legislação federal, a exemplo do PL 3729 aprovado pela Câmara, em tramitação no Senado como o PL 2159/2021 e o projeto de iniciativa do Senado, o PLS 168/2018 -- que teriam o efeito de facilitar a aprovação de projetos altamente danosos ao meio ambiente e socialmente conflituosos.²

5. Fortalecimento da Governança Territorial: Que sejam tomadas medidas urgentes para assegurar a governança territorial na Amazônia e em outros biomas, como passo essencial para viabilizar obras de infraestrutura em bases sustentáveis e socialmente justas, e fomentar a economia verde, especialmente: o combate a grilagem de terras públicas e crimes ambientais, a proteção da vida de defensores da Natureza e dos direitos humanos, o os direitos territoriais dos povos indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais, a proteção permanente dos rios e mananciais, e a criação e implantação de unidades de conservação.

¹ Nesse sentido, os instrumentos de planejamento e licenciamento ambiental podem ter um caráter sequencial, permitindo a identificação e amadurecimento de bons projetos em termos de critérios socioambientais e econômicos, com base em estudos técnicos consistentes e processos transparentes e participativos de tomada de decisão, evitando ao mesmo tempo o avanço de empreendimentos que não se justifiquem sob a ótica do interesse público.

² É importante ressaltar que existem projetos específicos no 'pipeline' do setor elétrico, na logística e na exploração de petróleo e gás, que demandam reconsideração com base num exercício de priorização em função de critérios socioambientais e econômicos, assim como projetos implantados com impactos indevidos que carecem de gestão de conflitos com reparação de danos (vide item 8) conjuntamente com a busca de caminhos para o desenvolvimento local com justiça socioambiental.

6. Infraestrutura para o Bem-Viver: Que sejam implementadas políticas públicas descentralizadas, que apoiem soluções endógenas de infraestrutura entre comunidades locais nas áreas de saúde, educação, saneamento básico, transporte e energia, fortalecendo a segurança e soberania alimentar e cadeias produtivas da sociodiversidade, gerando emprego e renda.

7. Infraestrutura nas cidades amazônicas: Que se olhe para as cidades amazônicas de forma diferenciada, para a construção de políticas públicas que venham ao encontro da realidade regional. Considerar o desenvolvimento urbano como processo fundamental para a sustentabilidade e bem estar humano na Amazônia, com infraestruturas adequadas ao contexto local. Cidades e assentamentos humanos devem ser protagonistas na implementação de medidas de fortalecimento econômico, conservação socioambiental, de promoção da diversidade sociocultural e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

8. Reparação de danos socioambientais: Que seja criado um programa robusto, com transparência, participação, marco legal e recursos adequados, para a reparação de danos socioambientais provocados por violações de direitos de comunidades locais afetadas por grandes obras de infraestrutura.

9. Instituições Públicas Financeiras: Que sejam fortalecidas as políticas socioambientais de instituições públicas que financiam obras de infraestrutura - como o BNDES, Caixa Econômica Federal e bancos regionais (p.ex. BASA e Banco do Nordeste) - no que se refere à análise prévia e gestão de riscos, bem como no apoio a iniciativas locais de infraestrutura para o desenvolvimento sustentável nos territórios, mantendo um diálogo aberto com os movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil.

10. PPCDAM: Que seja reincorporado ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM o eixo de “Infraestrutura Ambientalmente Sustentável”, que fazia parte do seu desenho original, com o objetivo de garantir, entre outros benefícios, a análise prévia dos riscos de desmatamento e alternativas, antes da tomada de decisões, bem como o monitoramento dos no entorno de obras planejadas, em implementação e recém-completadas.

Nesse contexto, propomos a realização de uma reunião com membros da equipe de transição com a brevidade possível, no intuito de conversarmos a respeito da possibilidade de inclusão destas propostas na agenda do novo governo, aproveitando a experiência das mais de 80 organizações e aliados do GT Infra que subscrevem o documento na construção de um futuro com o respeito à Natureza e justiça socioambiental, com a inclusão de todo(a)s.

Cordialmente,

GT Infraestrutura e Justiça Socioambiental

Contato: Sérgio Guimarães
Secretário Executivo, GT Infraestrutura
<sergio@squi.net> +55 65 9201-0599

Membros e Aliados do GT Infraestrutura que assinam a carta

A. Organizações de Base e Movimentos Sociais

1. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB
2. Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB
3. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ
4. Conselho Nacional das Populações Extrativistas- CNS
5. Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM
6. Federação dos Povos Indígenas do Pará - FEPIPA
7. Associação Indígena Pariri Munduruku
8. Associação Indígena Tato'a
9. Conselho Indígena Tupinambá
10. Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas do Oeste do Pará - ACOSPER
11. Ecoe Brasil: do Ecocídio ao Bem Viver
12. Movimento Tapajós Vivo - MTV
13. Movimento Xingu Vivo para Sempre – MXVPS
14. Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Santarém - PA

B. Redes da sociedade civil

1. Articulação Antinuclear Brasileira
2. Comitê de Defesa da Vida Amazônica na Bacia do rio Madeira - COMVIDA
3. Comitê de Energia Renovável do Semi-Árido - CERSA
4. Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente - FBOMS
5. Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento - FORMAD
6. Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental - FMCJS
7. Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil – FNPE
8. Grupo de Trabalho Amazônico - GTA
9. Observatório da BR-319
10. Rede Brasileira de Arteducadores - ABRA
11. Rede Brasileira de Educação Ambiental (40 redes)
12. Rede de Educação Ambiental da Serra dos Órgãos
13. Rede de Educação Ambiental do Paraná
14. Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (14 redes)
15. Rede de Educação Ambiental e Políticas Públicas
16. Rede de Educação Ambiental Costeira e Marinha (REACOMAR)

17. Rede de Notícias da Amazônia - RNA
18. Rede Energia e Comunidades
19. Rede Pantanal (55 organizações)

C. Entidades socioambientais

1. Amigos da Terra - Amazônia Brasileira
2. Associação Alternativa Terrazul
3. Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé
4. Centro Vida Orgânica
5. Coletivo PesquisaAção
6. Comissão de Regulação do Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos
7. Comissão Pastoral da Terra - CPT Nacional
8. Conectas Direitos Humanos
9. Conselho Indigenista Missionário - CIMI
10. Conservação Estratégica - CSF-Brasil
11. Ecoa - Ecologia e Ação
12. Fundação Grupo Esquel-Brasil
13. Fundação Vitória Amazônica - FVA
14. Greenpeace Brasil
15. Escola de Ativismo
16. Gambá - Grupo Ambientalista da Bahia
17. Instituto Avaliação (IA) - Pesquisa Programas e Projetos Socioambientais
18. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE
19. Instituto Centro de Vida - ICV
20. Instituto Climainfo
21. Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - IDESAM
22. Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS
23. Instituto de Energia e Meio Ambiente - IEMA
24. Instituto Escolhas
25. Instituto Ecótono - IEco
26. Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC
27. Instituto Madeira Vivo - IMV
28. Instituto O Mundo Que Queremos
29. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM
30. Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN
31. Instituto Socioambiental - ISA
32. Instituto Transformance (Pará)
33. Instituto Maíra
34. Instituto Oca do Sol
35. International Energy Initiative - IEI Brasil
36. International Rivers - Brasil
37. Operação Amazônia Nativa - OPAN
38. Projeto Saúde e Alegria

39. SAPOPEMA
40. SITAWI - Finanças do Bem
41. Tapajós de Fato
42. Terra de Direitos
43. Uma Gota no Oceano
44. WWF Brasil
45. 350.org Brasil

D. Instituições de pesquisa e ensino

1. BRICS Policy Center / PUC-RJ
2. Cátedra Josué de Castro da Faculdade de Saúde Pública da USP
3. Fundação Getúlio Vargas / Centro de Estudos em Sustentabilidade - FGVces
4. GEEMA - Grupo de Estudos em Educação e Meio Ambiente
5. Núcleo de Estudos Amazônicos da Universidade de Brasília - NEAz/UnB
6. Programa de Antropologia e Arqueologia - UFOPA

E. Parceiros regionais / internacionais

1. Amazon Watch
2. Associação Interamericana para a Defesa do Ambiente - AIDA
3. Bank Information Center – BIC
4. Derecho Ambiente y Recursos Naturales - DAR (Perú)
5. International Accountability Project - IAP
6. Latinoamérica Sostenible - LAS
7. Washington Brazil Office